

Reivindicações da Advocacia Pública Federal apresentadas, em ofício, ao Ministro do Planejamento:

- a. Seja integralmente cumprido o Acordo Salarial de 2012, com regulamentação da distribuição dos honorários de sucumbência;
- b. Disposição para apoiar as proposições legislativas em trâmite no Congresso Nacional: PEC 82/2007, PEC 443/2009;
- c. Convocação de todos os candidatos aprovados nos concursos de Procurador do Banco Central do Brasil e de Procurador Federal;
- d. Criação imediata de uma carreira de apoio aos advogados públicos federais, com lançamento de edital incontinenti;
- e. Reavaliação da organização remuneratória, para que, tendo-se o subsídio do Advogado-Geral da União (atuais R\$ 30.934,70) como teto da Carreira, haja um escalonamento a partir de 5% entre os demais níveis das carreiras;
- f. Reconhecimento do direito à advocacia liberal aos membros da AGU;
- g. Indenização por acúmulo de atribuições e trabalho extraordinário, nos moldes do que se reconhece para a magistratura federal e para o membros do MPU;
- h. Reajustamento do valor do auxílio-alimentação, do auxílio-saúde, do auxílio-pré-escolar e das diárias, utilizando-se como parâmetro os valores atribuídos às demais carreiras do sistema de justiça;
- i. Gratificação pela atuação na Justiça Eleitoral;
- j. Isonomia nas sistemáticas de promoção de todas as quatro carreiras da advocacia pública federal.
- k. Respeito à jornada de trabalho de 40 horas semanais, com a criação de um limite máximo de intimações semanais por advogado